



Foto: Yane Mendes/Rede Tumulto

Das verdades únicas às pontes inter religiosas:

**considerações sobre os fundamentalismos,
o racismo e as resistências no Brasil**

Aline Lima e Rafaela Dornelas

Nas grandes mídias, ouvimos falar em fundamentalismos? A que essa palavra nos remete? Bem possível que a primeira imagem que venha à cabeça seja associada ao fundamentalismo islâmico, aos atentados, mulheres submetidas a condições degradantes, homens-bomba, a guerra santa, a um Estado que, a nossos olhos, com a informação que nos chega pela grande mídia ou redes sociais, reflete a doutrina religiosa¹.

¹ No contexto atual, de uma escalada enorme no massacre ao povo Palestino pelo governo israelense, outras questões surgem acerca do Sionismo, que não trataremos aqui, mas sinalizamos como uma forte necessidade de reflexão quanto a nossos pré-conceitos dentro do tema dos fundamentalismos.

Por esse caminho, o fundamentalismo fica lá, distante, gerando forte preconceito com pessoas da religião islâmica, e materializado como absurdos que se apresentam a nós, nitidamente, como violências.

É um espanto geral pensar em meninas de 10 anos obrigadas ao casamento em territórios de maioria islâmica. E o que dizer de meninas de 10 anos grávidas, por meio de estupro, sem seu direito garantido ao aborto legal e seguro, em territórios de maioria cristã? O que dizer da proposta de uma

“cura gay”, que trata da diversidade sexual e de gênero como doenças a serem curadas? Esses são alguns dos casos, entre tantos, que evidenciam o quanto nossa sociedade é permeada pelos fundamentalismos ligados a premissas religiosas.

Chamamos **fundamentalismos religiosos** as ações baseadas na ideia de que a verdade de seu grupo religioso, ou de sua igreja, é a única que possui legitimidade. Todas as outras formas de viver, a partir de outras perspectivas, são invalidadas e/ou criminalizadas. Podemos pensar, como exemplos, nas famílias, quando pessoas LGBTQIAP+ são expulsas de seus lares por não viverem sua sexualidade conforme a interpretação bíblica de determinada igreja; ou na divisão injusta do trabalho doméstico, quando a mulher é a única responsável pelos trabalhos de cuidado com a casa, com as crianças e mais velhos, com aquilo que mantém a vida no cotidiano; ou mesmo a naturalização da violência contra a mulher, como um direito do homem, com base em trechos bíblicos e outras construções históricas patriarcais.

Na narrativa do mito da arca de Noé, contido no antigo testamento da bíblia, defende-se que povos ameríndios e africanos descendem de Canaã, neto amaldiçoado pelo avô Noé. Como nesse exemplo, a perspectiva de que povos indígenas e negros são fruto de uma maldição produz e conforma o racismo. Sabemos que o racismo tem outros alicerces e que ele se expressa na sociedade em diferentes contextos e em diferentes formas. Nos dedicamos aqui

a pensar um pouco mais sobre a dimensão do racismo religioso, prática fundamentalista muito enraizada e violenta.

Segundo reportagem do Jornal O Globo, de julho de 2022, entre janeiro e junho deste ano, o país teve cerca de 3 queixas de intolerância religiosa por dia. Os casos vão desde a discriminação em vagas de emprego, em atendimentos públicos e no comércio a injúrias, agressões, ataques e destruição de terreiros. Quando falamos em intolerância religiosa, dizemos das ações e discursos que violentam grupos religiosos e pessoas praticantes de religiões específicas. **No Brasil, as violações do direito à liberdade religiosa são majoritariamente dirigidas às religiões de matriz africana.** É nesse sentido que não podemos deixar de falar em Racismo Religioso. O componente racial é determinante para o processo de demonização e violências dirigidas a pessoas e grupos religiosos.

Em janeiro de 2023, foi lançado, pela organização Koinonia, o documentário “Racismo e intolerância religiosa: um debate público”. Logo no início do vídeo, a lalorixá do Ilê Axé Abassá de Ogum, Mãe Jaciara, conta do episódio envolvendo sua mãe, a lalorixá Gildásia dos Santos, Mãe Gilda, que inspira o dia 21 de janeiro como Dia Nacional de Combate à intolerância religiosa. No ano de 2000, a Igreja Universal do Reino de Deus utilizou a imagem de Mãe Gilda na Folha Universal com a manchete que dizia “macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida de clientes”. Com a repercussão, Mãe Gilda e seu marido passaram por uma série de agressões

verbais e físicas, além da depredação do Terreiro, localizado em Salvador. No dia 21 de janeiro, Mãe Gilda, já com a saúde fragilizada, não suportou os ataques, seu estado piorou e ela faleceu.

Em 2015, no Distrito Federal, o terreiro Ilê Axé Oyá Bagan, da Yalorixá Mãe Baiana, foi incendiado, tiveram todos objetos sagrados queimados e o barracão destruído. Também em 2015, no Rio de Janeiro, uma menina de 11 anos, junto a um grupo de pessoas da Umbanda, vestidas de branco, foi alvejada na cabeça por uma pedra arremessada por um morador. Em 2015, Mãe Dede de Iansã, em Camaçari, na Bahia, sob várias violências por racismo religioso e ameaças de invasão de seu terreiro por uma igreja neopentecostal, teve um infarto e não resistiu. Em Simões Filho, também na Bahia, durante disputa eleitoral em 2020, apoiadores de um candidato à prefeitura publicaram nas redes sociais um vídeo com imagens de seu adversário entrando no terreiro de candomblé Ilê Axé Ominigê. Na narração, o apoiador afirmava que o candidato estaria fazendo um pacto com o diabo para vencer as eleições. No dia 17 de agosto de 2023, Mãe Bernadete, Yalorixá, ativista e líder quilombola no Brasil, foi assassinada com 12 tiros em sua casa, enquanto cuidava dos três netos, também em Simões Filho, na Bahia.

Embora com exemplos recentes, essas violências não surgem agora, elas vêm desde a invasão colonial, com a **escravização, criminalização e massacre de pessoas negras e indígenas**. O processo colonial, que se estende até os dias atuais,

incessantemente ataca todas as formas de resistência das pessoas não brancas ao lugar de inferiorização. Os terreiros, como nos lembra Muniz Sodré em sua obra “O terreiro e a cidade” são, além de um espaço de religiosidade, um espaço de reterritorialização do continente africano no Brasil. São comunidades que valorizam a cultura africana, resgatam perspectivas filosóficas a partir da diversidade dos povos dos quais descendem e fazem frente à violência colonial. A demonização desses espaços faz parte de uma investida racista que ultrapassa a dimensão religiosa. Ela faz parte de uma estratégia política de dominação e de manutenção de um sistema escravocrata que, mesmo com aparentes mudanças, funciona até os dias de hoje.

Na composição das estruturas do fundamentalismo e racismo religioso no Brasil, além das práticas que conseguimos ver nitidamente como violências, existem iniciativas, no campo do Estado e das políticas públicas, fortemente baseadas em ideias fundamentalistas e racistas. Seja no poder executivo, legislativo ou judiciário, não raramente nos deparamos com discursos e ações em que sujeitos e coletividades defendem a verdade de seus grupos religiosos como a única legítima. Em alguns casos, são perspectivas já tão enraizadas na sociedade ocidental, que não nos atentamos às tantas violências geradas com base em fundamentalismos e racismos.

Um exemplo é o **estatuto do nascituro**, proposto inicialmente em 2005, arquivado em 2007 e reaberto no mesmo ano. O projeto institui direitos às

células fecundadas, desde a concepção, e passa por cima dos direitos das mulheres a seu próprio corpo. De acordo com o projeto, uma mulher vítima de estupro teria a opção de dar a criança para a adoção ou demandar pensão do estupro. O projeto sugere que uma mulher grávida por estupro não tenha o direito ao aborto seguro. E reconhece o estupro como genitor ou pai. O projeto criminaliza absolutamente o aborto e institucionaliza os corpos das mulheres, sem possibilidade de escolha ou gerência. Coloca em cheque direitos muito importantes já conquistados no que diz respeito ao combate às violências de gênero.

Segundo relatório da organização internacional Human Rights Watch, publicado em 2022, foram cerca de 217 projetos de lei visando a proibição da educação em gênero e sexualidade nas escolas. Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, também de 2022, mostram que cerca de 79% das vítimas em denúncias de estupro são crianças e adolescentes. A educação em gênero e sexualidade é uma das formas mais efetivas de se combater a violência sexual contra crianças e adolescentes. Além disso, ajuda no conhecimento do próprio corpo, o respeito com o corpo do outro e a autoproteção. A proibição desse aspecto educacional é sustentada e fortalecida por tabus e dogmas religiosos que alegam que tudo é incentivo ao sexo e à homossexualidade. Mesmo quando tais projetos não são aprovados, eles exercem efeito por gerar medo entre professores e professoras de abordar o tema em sala de aula. Além da

sucessão de notícias falsas, que mexem com a opinião pública no sentido de rechaçar qualquer questão ligada ao tema.

São muitas e complexas as formas pelas quais os fundamentalismos se apresentam dentro da estrutura do Estado. Desde as orações cristãs obrigatórias em escolas públicas e outros espaços até legislações que passam por cima dos direitos humanos para impor perspectivas religiosas. Um dos impactos, que vem desde o período de colonização, e que é um dos temas centrais históricos do Instituto PACS, é a própria constituição do **modelo de desenvolvimento hegemônico**, com bases racistas e patriarcais, que são reforçadas para viabilizar os megaprojetos e subordinar as populações já historicamente vulnerabilizadas.

Modelo de desenvolvimento e Fundamentalismos

O que hoje entendemos como modelo de desenvolvimento hegemônico, vem formando suas bases desde o processo de colonização. Destacamos duas características fundantes: trata-se de um modelo que inclui, necessariamente, a **superexploração do trabalho da mulher**; e que demanda a **apropriação de territórios**, principalmente os que são ocupados historicamente por pessoas negras e indígenas. Mas o que isso tem a ver com os fundamentalismos religiosos?

Como já sinalizamos, a subordinação da mulher a um lugar de inferioridade em relação aos homens é construída com influência crucial de leituras fundamentalistas da bíblia. Essa noção é fundante

do nosso modelo de desenvolvimento. Para que a industrialização tenha sucesso, existe um trabalho invisível, do cuidado e da reprodução da vida, que é realizado pelas mulheres em seus lares. Para que os, assim reconhecidos, trabalhadores se alimentem, tenham suas roupas lavadas, seus filhos e filhas cuidados, sua casa limpa, sua saúde cuidada, entre muitas outras formas de manutenção da vida, é necessário que uma mulher execute trabalhos não pagos. O patriarcado é parte fundamental da forma que entendemos como desenvolvimento.

Outro aspecto da lógica desenvolvimentista é a apropriação de territórios. Não dizemos de quaisquer territórios. A exemplo da colonização, povos indígenas em Abya Yala foram desterritorializados e povos negros de África foram sequestrados e comercializados para o trabalho escravo. Desde esse período, o processo de catequização e criminalização da cultura e modo de vida dos povos negros e indígenas são parte fundamental da viabilização de apropriação de seus territórios. A perspectiva da verdade cristã como a única e legítima favoreceu e favorece o despertencimento ao território, a inferiorização das culturas dos povos, para que se facilite o processo de apropriação. Essa é a principal estratégia de dominação utilizada e tem em suas bases mais profundas os fundamentalismos e dogmas religiosos.

PACS e combate aos fundamentalismos: nossas histórias e apostas

O Instituto PACS é fundado em 1986 por economistas que voltavam do exílio após as ditaduras empresariais-militares. Nasce em um contexto de aprofundamento da democracia e participação política e desde então se coloca a serviço dos movimentos sociais na oposição à força do neoliberalismo. Nesses 37 anos de luta anticapitalista e pela integração dos povos, foram muitos os atravessamentos com o tema dos fundamentalismos religiosos. Existe uma relação necessária entre o próprio sistema capitalista e a ideia de uma verdade única religiosa. As perspectivas de mundo e religiosidades dos povos negros e indígenas sempre foram criminalizadas pelas elites e autoridades. Como visto anteriormente, o modelo de desenvolvimento hegemônico é fundante da lógica capitalista e se vale de premissas fundamentalistas para seus avanços.

Ao mesmo tempo, nossa história é composta por grupos ligados às igrejas cristãs, que eram e seguem sendo fundamentais para a luta democrática no Brasil e na América Latina. São coletividades que, a partir dos ensinamentos da fé cristã, se colocam a serviço dos povos, suas lutas pela vida e por um mundo mais justo. É importante ressaltar a diversidade de perspectivas dentro do cristianismo, para que possamos também reforçar que quando falamos em fundamentalismo religioso não dizemos das religiões em si, mas de grupos que reivindicam lugar de portadores da

verdade única e se valem dessa posição para a perpetuação de inúmeras violências contra os que são diferentes em seus modos de vida e crenças.

Ao longo do tempo, algumas pautas, como as lutas das mulheres, a economia política feminista e o combate ao racismo foram ganhando maior protagonismo na atuação do PACS. Na medida em que nos aprofundamos nesses temas, mais o tema dos fundamentalismos aparecia na perspectiva das lutas e resistências territoriais. Em 2020 construímos, junto a outras coletividades, a **Campanha Tire os Fundamentalismos do Caminho: pela vida das mulheres**. A campanha teve como objetivo alertar a sociedade sobre os avanços dos fundamentalismos no Brasil e o risco que representam à vida das mulheres. Dessa forma, buscou-se também afirmar a importância da pluralidade de crenças e apontar para caminhos e práticas de uma cultura de paz, de respeito e de valorização da diversidade.

Foram parceiras nessa campanha, as seguintes organizações: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Brot für die Welt (Pão para o Mundo); Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC); Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE); Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG); Fórum Ecumênico; Fundação Luterana de Diaconia (FLD); Fundação Rosa Luxemburgo; Mulheres, Políticas Públicas e Sociedade (MUPPS); Rede de Mulheres de Terreiro de Pernambuco; Red de Teólogas, Pastoras,

Activistas e Lideresas Cristianas (TEPALI); Projeto Imigrantes e Refugiados/as; Desafios da Casa Comum; e SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia.

Esse foi um momento muito importante para o processo de articulação ampla em torno do tema e internamente para o PACS. O tema da campanha se ligava diretamente a nosso campo de trabalho junto às mulheres e de combate ao racismo. Por isso destacamos a importância de repensar o modelo de desenvolvimento a partir de suas bases e buscar coletivamente estratégias de combate às suas diversas formas de subjugação de povos e comunidades.

O PACS se estrutura a partir de dois grandes eixos de ação: **Construção crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico e fortalecimento de alternativas territoriais a esse modelo**. Entendemos esses dois eixos como complementares e fundantes da base de nossas discussões. Para nós, não há fortalecimento de alternativas territoriais sem ancoragem na construção crítica coletiva de estratégias de luta para incidência, bem como seria incompleto pensar numa construção crítica sem amparo na proposição concreta de alternativas territoriais e fortalecimento das já existentes. Dito isso buscamos não só encorpar nossa crítica ao modelo de desenvolvimento amparado nos discursos fundamentalistas junto a tantas organizações feministas latino americanas, ligadas a instituições religiosas ou não, mas também temos empenhado esforços em pensar como fortalecer resistências religiosas ou não,

que por meio da fé em um sistema de liberdade e justiça enfrentam com seus corpos-territórios um modelo de morte.

Apostamos, dentre outras coisas, na **reconstrução de memórias de caminhos percorridos por povos e comunidades tradicionais até os dias de hoje nas inúmeras estratégias de resistência**. Nesse novo campo que ganha força em nosso caminho, ouviremos histórias e seguiremos os passos de quem veio de longe e persiste em contar múltiplas histórias que não estão nos livros de história atual, nem em interpretações racistas e patriarcais dos livros sagrados cristãos. Seguiremos lado a lado com quem nunca teve tempo de ter medo para recontar a história desse país e desse continente a partir da vida de quem, cotidianamente, o construiu, a partir do chão dos terreiros, da voz das matriarcas, da fumaça dos cachimbos e no pilar das ervas sagradas.